

COMUNICAÇÕES E DEBATES;

TRÊS DEBATES EXEMPLARES SOBRE QUESTÕES AGRÁRIAS NA AMÉRICA LATINA'

Hélène Rivière d'Arc

Milhares de referências bibliográficas - mais de 5.000, entre teses, artigos, números especiais de revista, colóquios, documentos, mapas, fotografias aéreas, documentos de satélites... - foram levantadas nos bancos de dados franceses, testemunhando as atividades de pesquisa sobre os problemas agrários e de colonização na América Latina.

Considerando a quantidade e a importância desse vasto material, optamos por uma abordagem ainda impressionista e cronológica que, embora carente de uma clara definição de análise, nos permitisse ressaltar alguns dos grandes debates que marcaram a produção acadêmica nas décadas de 60 e 70.

As tentativas de síntese disponíveis nesses trabalhos - a de Jacques Chonchol (1966), por exemplo - sugerem claramente duas primeiras impressões. Uma delas se expressa no angustiante reconhecimento da desintegração ou da destruição das micro-sociedades camponesas; trata-se de uma constatação quase geral (tanto sociológica, quanto relativa à degradação do meio) dos efeitos perversos da modernização capitalista no meio rural. Ela é partilhada, inclusive, por autores cujo trabalho ultrapassa o mero registro de observações empíricas, dedicando-se a elaborar construções teóricas como, por exemplo, aqueles que analisam as condições históricas de emergência de um capitalismo agrário, dependente ou periférico.

A segunda impressão refere-se à presença, quase geral e recorrente até os dias atuais, de uma abordagem que enfoca a extrema desigualdade das estruturas agrárias, o binômio latifúndio-minifúndio e a questão do êxodo rural. Entretanto, de acordo com as conjunturas políticas e os temas em voga, pode-se notar fluxos e refluxos nessa impressão geral; assim, nos momentos em que se acreditava na existência de uma pressão revolucionária, as análises tenderam a confluir para grandes ex-

Agradeço a Jean Piel e Yvon Le Bot pelas pertinentes sugestões. Professora do IHEAL - Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine (Univ. Paris III) e Pesquisadora do CREDAL - Centre de Recherche et Documentation sur l'Amérique Latine.

Caderno CRH, n. 15, p. 91-103, jul./dez., 1991

plicações teóricas, ilustradas por inúmeros estudos de caso; já nos períodos de refluxo, as problemáticas tornaram-se bastante mais fragmentadas.

Os grandes debates internacionais que referiremos em seguida foram animados sobretudo por sociólogos e economistas, tanto intelectuais latino-americanos, quanto estrangeiros que trabalhavam sobre a América Latina, alguns deles verdadeiros "ponta-de-lança" da reflexão¹. Os especialistas de outras disciplinas (etnólogos, historiadores, geógrafos, agrônomos, etc.) seguiram caminhos paralelos, embora menos mediatizados, talvez por estarem mais desvinculados das questões candentes da atualidade política e econômica; esses caminhos, contudo, não estiveram isentos de rupturas nem de incursões nos debates gerais. Como esse itinerário não foi linear, percebe-se, em certos momentos, convergências entre disciplinas que apontam para a tentativa de uma espécie de ciência do desenvolvimento, ou do sub-desenvolvimento, como foi dito por Gilles Sautter em um texto recente (1984).

Mas, passemos ao contexto dos debates que, cremos, marcaram particularmente o período 60-75; eles questionaram algumas noções, como a de dualismo, ou a simples constatação da relação minifúndio/latifúndio, situando os problemas agrários da América Latina no quadro de uma explicação mais universal.

Os anos sessenta foram caracterizados pelas revoltas camponesas, pelas conseqüências da revolução e da reforma agrária cubana, pelas guerrilhas, pela Conferência de Punta del Este, pela Aliança para o Progresso e pelo começo das reformas agrárias modernizadoras. Isto ficou patente no Colóquio do CNRS, em 1965, sobre as questões agrárias na América Latina; sua intenção era precisamente avaliar o impacto desses acontecimentos, dando conta desta conjuntura. Diferenciaram-se, então, os intelectuais. Por um lado, estavam aqueles favoráveis à reforma agrária modernizadora, como a que era encetada por Frei, no Chile, ou por Belaunde-Terry, no Peru; para estes tratava-se, com efeito, de modernizar o Estado e, sobretudo, as mentalidades e o comportamento dos "hacendados", latifundiários e outras oligarquias tradicionais. Por outro lado, postavam-se aqueles intelectuais dedicados a dar suporte teórico aos líderes das guerrilhas e às lutas então consideradas (por justa razão, ou não) revolucionárias ou, quando menos, de contestação política.

1 É preciso ressaltar que os economistas latino-americanos diferentemente dos economistas estrangeiros, parecem ter desenvolvido uma maior sensibilidade "sociológica".

Esse segundo grupo deu o tom intelectual até o fim dos anos 70. Sua análise, de inspiração marxista, apoiava-se em Kautsky e algumas vezes se reivindicava trotskista e "proletarista"; ela enfocava a sociedade camponesa, abordando-a pela ótica da análise de classe e centrava o seu estudo nas relações de produção. Um dos principais teóricos dessa linha de pensamento foi, sem dúvida, André Gunder Frank (1978); mas é preciso também lembrar o impacto, nesta época, dos trabalhos de Michel Gutelman (1974).

Esses debates evoluíram diferentemente, conforme o contexto político de cada país. Destacamos três dentre eles por parecerem os países mais marcantes.

O PERU

Este foi o **locus**, por excelência, do choque dos acontecimentos. No final dos anos 60 e início dos anos 70 fez-se um balanço da relação entre movimentos sociais camponeses e guerrilhas. O que se passou no Valle de la Convención tornou-se simbólico e foi relatado por numerosos trabalhos. Estes foram apresentados não somente segundo a abordagem das "relações de produção", como também enfocando os "movimentos sociais camponeses". Por seu turno, a inquietação indigenista (peruana ou de "peruanistas"), herdeira de Mariatégui, dava lugar a interpretações teóricas em termos de dominação e de relações de classe, entre as quais estão autores como Quijano (1975), Hugo Neira (1968), Hugo Blanco, Eduardo Fioravanti (1976) ou Harding (1974), na Inglaterra.

A incapacidade de utilização desse suporte teórico por parte dos líderes populares conduziu a uma mudança no discurso intelectual. A noção de "indianidade" emerge novamente durante os anos 70 para caracterizar o campesinato, não mais peruano mas andino; conquanto não desaparecida, ela estivera, até então, mais presente entre os etnólogos, sobretudo os estrangeiros. Várias pesquisas e teses vieram à luz - especialmente na França - versando sobre a verticalidade nos sistemas de produção indígena, inspiradas nas idéias do americano John Murra (1970).

Hoje, sociólogos como Christian Gros (1985), por exemplo, destacam a riqueza existente na dialética entre desejo de alteridade e desejo de integração, tanto na Colômbia quanto no Peru e Equador... Com efeito, e

N.T.: Do original francês "prolétariste".

N.T.: Do original francês "indianité".

para resumir, à margem dos debates sobre o modo de produção, baseados em posições que se reivindicavam "proletaristas", e que caracterizaram o fim dos anos 60 e início dos 70, o tema da adaptação das comunidades camponesas e indígenas ao meio ecológico, atravessou as duas décadas (60 e 70) e continua presente. Enquanto isso, outros autores como Henri Favre (1984, 1985), que comparou países como o Peru, o México, etc, continuavam a sustentar a hipótese de que a "indianidade" seria um dos aspectos da sub-cultura da pobreza e que, nesse sentido, estaria relacionada com o aprofundamento das crises sociais e políticas.

O MÉXICO

É, sem dúvida, no México que o debate sobre o modo de produção foi mais aprofundado. Mas é preciso dizer também que nesse país, sobre o qual muito já se escreveu, tanto interna como externamente, vários autores não são sequer academicamente reconhecidos.

Creemos que a obra de Michel Gutelman (1971, 1974) foi uma das precursoras do debate, ao demonstrar que a reforma agrária mexicana não eliminara a dominação pela renda fundiária. Ademais, foi no México que mais se aprofundou, entre 1965 e 1975, a questão da coexistência entre, por um lado, uma economia camponesa ou de mercado, fundada numa dominação de tipo arcaico (pela renda fundiária) porém suscetível à renovação e, por outro lado, a modernização dependente do imperialismo e das multinacionais. Isto foi igualmente demonstrado por Andres Guerrero (1974), analisando o Equador. Uma forte discussão sobre o futuro dos camponeses mexicanos se desenvolveu então. Ela antepôs, por um lado, Feder (1977, 1980) e Bartra (1976), considerados "anti-campesinistas", tanto quanto Barkin (1971), todos sustentando suas análises no modo e nas relações de produção; por outro lado, estavam Esteve (1980) e Warman (1973), defendendo a tese "campesinista", a partir de estudos de casos regionais e de análises de lutas camponesas. A meio de caminho encontrava-se Stavenhagen (1978).

Desenvolvendo esse debate destacaram-se os estudos comparativos realizados, em diferentes países da América Latina, pelo grupo de pesquisadores mexicanos dirigidos por Gonzalo Arroyo (1979). Embora partindo dos "anti-campesinistas", suscitaram outras problemáticas decorrentes da modernização tecnológica; isto lhes permitiu recompor as etapas e a cadeia produtiva do complexo agro-industrial, assim como o processo de contratualização dos camponeses.

Numa outra linha de raciocínio, a análise até certo ponto reducionista dos "proletaristas", conduziu mais recentemente vários pesquisadores mexicanos e estrangeiros a retornarem a seus estudos de campo, na tentativa de verificar os limites políticos e espaciais das lutas e das reivindicações camponesas ou comunitárias, tanto quanto os eventuais canais políticos que poderiam ser utilizados pelos grupos de agricultores. Certas reflexões dos historiadores sobre a existência secular do mercado e do seu papel incentivaram, igualmente, um retorno à história.

O BRASIL

Para finalizar com os debates teóricos que tiveram a capacidade de influenciar todos os demais, chamamos atenção para a reflexão desenvolvida pelos pesquisadores brasileiros durante os anos 70, período da ditadura e de guerrilhas rurais, como a do Araguaia. Igualmente importantes foram a reflexão e as discussões dos intelectuais brasileiros no exílio, particularmente na França; elas deram aos debates uma dimensão internacional.

Esta reflexão ultrapassou largamente o contexto brasileiro; outros pesquisadores puseram-se as mesmas indagações, segundo a mesma abordagem, embora para refletir sobre outros países da América Latina (Guatemala, Peru...)

Pode-se afirmar que fora das fronteiras do Brasil este debate marcou o período 1960-1970 em torno de uma questão-chave: identificar o modo de produção dominante na agricultura do país². A principal indagação era: a agricultura brasileira é feudal ou capitalista? Os porta-bandeiras dessa problemática foram Gunter Frank (1971), assim como Nelson W. Sodré (1941) e Caio Prado Júnior (1959). Ana Maria Galano (1983) relembra a tese defendida, em Paris, por Moacir Palmeira (1971) que, tomando esse debate como objeto de sua reflexão, ultrapassou a formulação precedente, demonstrando os seus limites. Ele recolocou a questão de um modo tal que obrigava a levar em conta uma especificidade brasileira, isto é, as condições de emergência do latifúndio no Brasil. Seu estudo fundamentou-se numa análise empírica detalhada da realidade dos sistemas de "plantation" no estado de Pernambuco.

Entretanto, as circunstâncias políticas particulares, no Brasil, levaram os pesquisadores a colocar em questão as abordagens dos anos 70. Como nos debates antes mencionados, a análise do campesinato e da

2 Esta análise sobre o debate brasileiro resgata muitos dos argumentos do excelente artigo de Ana Maria Galano (1983).

organização da produção familiar (ou formas de produção não-capitalistas em um modo de produção capitalista) marcou este segundo período.

Desse modo, desde o fim dos anos 70, passamos a nos defrontar com dois tipos de pesquisa. O primeiro tende a mostrar a homogeneização do campo brasileiro dado o crescimento das relações de trabalho assalariadas, semi-assalariadas ou precárias, enquanto fenômeno dominante; ele se exemplifica no grande número de trabalhos sobre os "bóias-frias", seja a partir de estudos de caso, seja com base em análises estatísticas realizadas por pesquisadores do IBGE. Outro tipo de pesquisa dizia (e diz) respeito à análise dos processos sociais que determinam a existência de comunidades camponesas na sociedade capitalista brasileira; é no Museu Nacional no Rio de Janeiro, têm sido desenvolvido, sem dúvida, os mais notáveis exemplos dessa vertente de trabalhos.

Examinando as duas problemáticas, pode-se associá-las a certas linhas de pesquisa desenvolvidas na França, pela economia e pela sociologia rural; a de Gaudemar aproxima-se da primeira problemática e aquela do grupo de Sociologia Rural da Universidade de Paris X - Nanterre, da segunda.

Mas as pesquisas evoluíram, tal como aconteceu no México, em direção à questão da contratualização das relações de trabalho dos camponeses firmadas com empresas agro-industriais; isto teria sucedido à sua tradicional submissão aos proprietários e beneficiários da rendada terra.

Assim, a responsabilidade das multinacionais que fabricam fertilizantes, como também aquelas que se situam do lado da produção agrícola, tiveram, para Ângela Kageyama (1982) e José Graziano da Silva (1982), um papel determinante no aumento da extração do trabalho em benefício dos ganhos de capital. Com preocupações bastante próximas, Geraldo Muller (1982) mostrou que o campo brasileiro tornou-se um mercado para a indústria seguindo, contudo, um modelo diferente daquele que Goldberg traçou para os Estados Unidos; para ele, os mercados regionais de culturas tropicais tendiam a se transformar em produção nacional para o capital. Já Bernardo Sorj (1980) e John Wilkinson afirmavam, desde o final dos anos 70, que, a partir do momento em que a agricultura é integrada à produção industrial e que a propriedade da terra deixa de ser fonte de poder econômico, perde sentido um "programa democrático para a agricultura". O abandono da autonomia do setor deve então implicar em recurso a um modelo sócio-econômico alternativo de natureza global.

Essas diferentes linhas de pesquisas abriram campos variados, a partir do início dos anos 80, permitindo um amplo conhecimento do meio rural brasileiro. Isto levou os intelectuais ao enfrentamento do problema da reforma agrária, que ressurgiu com toda força entre 1980 e 1985, período no qual os pesquisadores brasileiros foram chamados a assessorar numerosas organizações. É significativo, assim, que apareça na revista *Reforma Agrária*, a questão "qual reforma agrária queremos nós?" ligada a uma indagação freqüentemente esquecida nos trabalhos científicos anteriores: o que é prioritário para os proletários rurais ou para os camponeses sem terra, o acesso à terra ou ao salário? Os acontecimentos políticos, como se sabe, foram mais rápidos que as respostas a essas questões, pois os partidos políticos não renovaram o debate.

OUTROS DEBATES

As discussões características dos últimos anos, tiveram, repetimos, um lugar importante entre sociólogos e economistas. Entretanto, elas conviveram com outros debates, muitas vezes sobre temas até mais relevantes; manteve-se, assim, um campo suficientemente aberto para que os avanços científicos não se perdessem pelo reducionismo teórico. Por outro lado, os fatos indicavam que os movimentos sociais continuavam à procura de novas vias.

Paralelamente ao 'tom geral' que pode ser atribuído a este período, e para concluir sobre os debates, citaremos outros que não estão exclusivamente destinados a lembrar a existência de trabalhos de outras disciplinas.

Relembramos, de início, as discussões sobre os resultados da chamada "Revolução Verde", sobretudo a propósito do México e da América Central. Segundo vários autores, ela parece haver servido, antes de tudo, às empresas de fertilizantes agrícolas norte-americanas dado que as exigências de investimentos foram desproporcionais face à capacidade dos pequenos produtores. Entretanto, o espírito "Revolução Verde" reinou sobre muitas das escolas de agricultura da América Latina entre 1960 e 1975...

Um dos acontecimentos mais mediatizados e mais internacionalmente abordados durante o último decênio foi a operação de colonização agrícola na Amazônia. Sempre extremamente polêmico, o debate reuniu uma grande variedade de especialistas e de disciplinas de numerosos países. Admitia-se, por fim "espontaneamente", que uma região do globo exigia um tratamento multidisciplinar. Levantou-se os temas da fragilidade dos solos tropicais, da relação recursos/densidades

demográficas, do eco-desenvolvimento, etc; alguns não hesitavam em frisar a importância política da problemática da Amazônia. A opera  o amazônia podia parecer talvez conjuntural: para uns, seu desaparecimento seria concomitante com a abertura democrática no Brasil; para outros, ela se manteria de extrema atualidade.

Na linha das preocupa  es eco-desenvolvimentistas, aparece, no início dos anos 80, a elabora  o científica aplicada de programas agrícolas alternativos ou integrados. E, para concluir, percebe-se que se tornam prioritárias, desde alguns anos, as questões de mudança de hábitos de consumo alimentar e de seu impacto sobre a agricultura, ao lado das pesquisas sobre auto-suficl  ncia alimentar.

CONCLUSÃO

Observando-se cronologicamente a abordagem teórica, percebe-se que os pesquisadores passaram da análise das estruturas agrárias e das lutas (nos anos 60),    análise dos modos de produ  o e das rela  es de produ  o (fim dos anos 60 até 1975), com a idéia de dar um suporte teórico às lutas e às críticas, denunciando as políticas dos governos, mesmo quando essas análises punham em evidência o caráter "arcaico" das lutas camponesas. De fato, por um lado, essas lutas já haviam perdido todo o seu vigor e, por outro, seu contexto e desenrolar contrapunham-se a esse suporte teórico.

A fase atual privilegia, sem d  vida, um retorno    análise dos conflitos circunscritos e dos movimentos sociais. Alain Touraine (1988) disse em seu livro *A Palavra e o Sangue*, que o desenvolvimento passa pela capacidade da a  o política, especialmente daqueles a quem atribui a condi  o de atores. Dentro desse espírito, a análise das lutas remete    questão da capacidade de a  o política dos grupos ou das comunidades no meio rural. Ele acrescenta algo de importante, concernente tanto ao balanço dos anos 60 como ao dos anos 80: a derrota dos movimentos políticos (para os anos 60, a história do Valle de la Convención    um exemplo simbólico) mostra que a base específica de um movimento camponês    a defesa da terra. Esta não    uma questão fechada na América Latina, onde o problema da alternância política dos partidos se coloca sempre e sobretudo no contexto da democracia.

Mas    preciso dizer, também, que o novo olhar que hoje    dirigido aos movimentos sociais, conduz a singulariz  -los de acordo com os contextos nacionais ou locais nos quais eles se inscrevem. Daí que atualmente se observe:

- o ressurgimento da etnia, considerado por alguns como uma consequência da crise agrária, ainda quando hajam vozes discordantes;
- o aspecto defensivo ou portador de mudança desses movimentos camponeses;
- a identificação da dimensão local, regional ou territorial desses movimentos e as relações que eles estabelecem com a sociedade local à qual pertencem.

E como a crise agrária e a crise alimentar dos anos 80 sensibilizaram os órgãos internacionais, as ONG's, as Igrejas, valoriza-se as ações e estudos empíricos e de contato com o trabalho de campo, vale dizer, a análise regional; quer se trate de identificar o motivo de um movimento social, sucesso ou derrota de um programa integrado, de um programa de colonização, de um projeto alternativo ou de um grupo de agricultores competitivos que tenha adotado o uso de novas tecnologias. Fala-se, dessa forma, muito mais em termos de sistemas de produção do que de modos de produção.

Todos esses novos estudos, relativamente recentes ou em curso, conduziram à identificação de atores que intervêm no meio rural, os quais não são nem produtores nem camponeses sem terra. O Estado, o quadro de técnicos, os comerciantes e o mercado, os políticos locais, a família rural em desagregação, a Igreja...

Nesse domínio, parece que os geógrafos foram, em certa medida, pioneiros; sua abordagem relativa à observação da realidade regional, segundo análises mais ou menos sistêmicas, lhes permitiu ressaltar esta complexidade e destacar os atores e as relações que se estabelecem entre eles. Desse ponto de vista, o programa "Estado, espaço e poder", coordenado por Claude Bataillon (1977) no final dos anos 70, envolvendo um grupo de pesquisadores da América Latina e da França, preparava as bases para uma abordagem inovadora. Mas, talvez nele se privilegiasse demais a idéia regional em detrimento daquela de comunidade que, mesmo não tendo um estatuto bem definido, ganhou posteriormente um impulso considerável. É destacável a quantidade de pesquisas norte-americanas referidas ao assunto. E, na medida em que esta abordagem não tem mais uma conotação exclusivamente enfocada à "sociedade tradicional localizada", sua intensa utilização parece testemunhar a ruptura das teorias interpretativas gerais. Ademais, mesmo não tendo sempre igual sentido para todos os especialistas que dela se utilizam, a noção de "comunidade" parece ter-se tornado o instrumento do "small is beautiful", versão Banco Mundial ou Nações Unidas do final dos anos 70; ou versão ONG, versão Igreja (católica ou outras igrejas), versão urbanista, versão sociológica, que dela se servem para diferen-

ciar os movimentos por identidades dos movimentos sociais de base política.

Neste texto escolhemos alguns debates para acompanhar os 20 últimos anos e que, parece, permitem compreender a diferenciação temática que resulta, talvez, da multiplicação de conhecimentos e de uma etapa intermediária no plano da reflexão teórica.

É preciso assinalar como bastante positivo que vários pesquisadores tenham retornado a campo e que inúmeras regiões, sociedades e lugares foram analisados, como se desejara, sempre que se desenhavam impasses. Agora, que uso será feito desta quantidade de conhecimento?

Entre as pesquisas realizadas na França vale ressaltar, para finalizar, o programa proposto por Thierry Linck sobre os camponeses na América Latina, cujo mérito é o de recolocar a questão das interações entre agricultura, sociedade e economia global. A questão dos preços agrícolas, elementos constantes de contradição entre a cidade e o campo, que fora mal resolvida num momento de crise profunda do debate sobre a autosuficiência alimentar, é, sem dúvida, um aspecto importante sobre o qual convém debruçar-se novamente.

Igualmente importante é a segunda vertente que concerne à evolução das explorações agrícolas nas suas relações com o meio social e econômico. Ela tem a vantagem de beneficiar-se hoje de vários estudos: pesquisas sobre os mercados de trabalho regionais, sobre a emergência de novas camadas sociais localizadas nas quais os interesses são ligados à agricultura, etc. Mas é conveniente evitar reter uma só categoria de agricultores o que poderia restabelecer, por omissão, a abordagem dualista do passado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Gonzalo.

1979 Firms transnacionales agroindustriales. Reforma agraria y desarrollo rural. In: EL DESARROLLO agroindustrial y la economia internacional. México: [s.n.]. BARKIN, David.

1971 La persistencia de la pobreza en México. Un analisis económico-estructural. In: LASOCIEDAD mexicana, presente y futuro. México: [s.n.]. BARTRA, Armando.

1976 Colectivización y proletarización: el caso del Plan Chontalpa. *Cuadernos Agrarios*, [s.l.], oct./dic.

Três Debates Exemplares sobre Questões Agrárias 101

- BARBIRA-SCAZZUCHIO, Françoise (ed.).
1980 *Land, people and planning in contemporary Amazonia*. Cambridge: Cambridge University.
- BATAILLON, Claude.
1977 *État, pouvoir et espace dans le tiers monde*. Paris: PUF.
- CHONCHOL, Jacques.
1986 *Paysans à venir, les sociétés rurales du tiers monde*. Paris: La Découverte.
- 1987 *Le défi alimentaire, la faim dans le monde*. Paris: Larousse.
- ESTEVA, Gustavo.
1980 *La batalla en el México rural*. México: Siglo XXI.
- FAVRE, Henri.
1984 *Sentiers lumineux et horizons obscurs. Problèmes d'Amérique Latine*, Paris, n. 72.
- 1985 *El cambio socio-cultural y el nuevo indigenismo en Chiapas (1960-1984)*. *Revista Mexicana de Sociología*, México, jul/set.
- FEDER, Ernesto.
1977 *El imperialismo fresa. Una investigación sobre los mecanismos de dependencia de la agricultura mexicana*, [s.l.], Campesina.
- 1980 *Violência y despojo del campesino: el latifundio en América Latina*. México: Siglo XXI. FIORAVANTI, Eduardo.
1976 *Latifundio y sindicalismo agrario en el Perú: el caso de los valles de la Convención y Lares (1958-1966)*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos.
- GALANO, Ana María.
1983 *Note sur les intellectuels et la paysannerie au Brésil. Amérique Latine*, Paris, n. 16. GROS, Christian. 1985 *Luttes indiennes et pratiques autogestionnaires en Amérique Latine. Cahiers des Amériques Latines*, Paris, n. 2/3 (Nouvelle Série). GUERRERO, Andres.
1977 *La hacienda precapitalista y la clase terrateniente en América Latina y su inserción en el modo de producción capitalista: el caso ecuatoriano*, [s.l.], University of Glasgo.

GUNDER FRANK, André.

1971 *Le développement du sous-développement, l'Amérique Latine*. Paris: M  spero. GUTELMAN, Michel.

1971 *Reforme et mystification agraire en Amérique Latine*. Le cas du Mexique. Paris: M  spero.

1974 *Structures et réformes agraires, instruments pour l'analyse*. Paris: M  spero. HARDING, Colin.

1974 *Agrarian reform and agrarian struggles in Peru*. Cambridge: Center of Latin-American.

KAGEYAMA,   ngela, SILVA, José Graziano da.

1982 El desempe  o de la agricultura brasile  a en los a  os setenta. *Economia de America Latina*, [s.l.], n.9, 2.sem. MULLER, Geraldo.

1982 La agricultura y el complejo agro-industrial en el Brasil: cuestiones teóricas y metodológicas. *El trimestre Econ  mico*, [s.l.], oct/dic. MURRA, John.

1970 Current research and prospects in andean ethno-history. *Latin American Research Review*, [s.l.], spring.

NEIRA, Hugo.

1968 *Los Andes, tierra y muerte*. Santiago de Chile: Zyx.

PALMEIRA, Moacyr.

1971 *Latifundium et capitalisme au Brésil*. Lecture critique d'un d  bat. Paris: Universit   de Paris. Tese.

PRADO JUNIOR, Caio.

1959 *História econ  mica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense.

QUIJANO, Anibal.

1975 La reforma agrária en el Peru. In: LA LUCHA de clases en el campo. México: [s.n.].

SAUTTER, Gilles,

1984 Géographie et tiers monde. In: CONGR  S DE L'UGI. Paris: [s.n.]. SODRÉ, Nelson.

1941 *Ensaio sobre a grande prosperidade pastoral*. Rio de Janeiro: J. Olympio. SORJ, Bernardo.

1980 Agrarian structure and politics in present day Brasil. *LATIN AMERICAN RESEARCH REVIEW*. Brazil: class interests and the state, [s.l.], winter.

Três Debates Exemplares sobre Questões Agrárias 103

STAVENHAGEN, Rodolfo, HUITZER, Gerrit.

1978 *Movimientos, campesinos y reforma agraria en America Latina*: México y Bolívia. Barcelona: Crítica. TOURAINE, Alain.

1988 *La parole et le sang*. Paris: Odile Jacob.

WARMAN, Arturo.

1973 *Los campesinos, hijos predilectos del regimen*. México: Nuestro Tiempo.

Texto traduzido por Alba Regina Neves Ramos e revisto por **Nadya A. Castro**.